



6º CONGRESSO ESTADUAL DA NCST/PR

Grand Carimã - Resort & Convention Center

Av. das Cataratas, 4790 - Vila Carimã, Foz do Iguaçu/PR

03 e 04 de outubro de 2025

CARTA DE FOZ DO IGUAÇU

Carta do 6º Congresso Estadual da NCST-PR

Em 2005, o Brasil vivia um ciclo de prosperidade, fruto das políticas sociais e econômicas que ampliaram direitos e oportunidades. Foi nesse cenário que nasceu a **Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)**, cuja missão desde o início foi a defesa da unicidade sindical e da organização coletiva da classe trabalhadora frente ao histórico projeto de desagregação impulsionado pelo capitalismo à brasileira.

Fundada sob a inspiração de nosso presidente e líder histórico, **José Calixto Ramos**, a NCST consolidou-se como força ativa nas lutas sociais e sindicais, a primeira Central com sede em Brasília e composta por 5 Confederações, 82 federações, 1078 sindicatos e representando cerca de 10 milhões de trabalhadores em todo país, tendo como seus pilares, a defesa da unicidade sindical, da representação por categoria, da contribuição compulsória, do sistema confederativo de representação sindical, respeito ao artigo 8º da Constituição Federal, por um Brasil com emprego, desenvolvimento econômico e juros baixos.

Agora, nós, representantes, delegados e delegadas do movimento sindical paranaense, reunidos no **6º Congresso Estadual da NCST/PR**, realizado nos dias 03 e 04 de outubro de 2025 em Foz do Iguaçu, com o propósito de avaliar a conjuntura política, econômica e social, fazer balanço de ações, definir nova agenda estratégica estadual e reafirmar compromissos com os trabalhadores e trabalhadoras do Paraná, deliberamos o presente plano de ação e lutas nos próximos anos.

1. Desafios atuais

1. Transformações nas relações de trabalho

O mundo do trabalho passa por mudanças profundas: a expansão do trabalho em plataformas e a “uberização” criam vínculos precários, frequentemente fora da regulação da CLT. Diante disso, a Nova Central precisa agir para incorporar esse universo, assegurando direitos como previdência social, jornada justa, segurança no trabalho e representação coletiva.

2. Organização sindical

A retração da filiação, sobretudo entre jovens, mulheres, LGBTQIA+, imigrantes e trabalhadores de setores emergentes, exige renovação dos métodos de mobilização, comunicação e representação, sem abrir mão dos fundamentos históricos do sindicalismo. Portanto, a NCST deve promover alterações estatutárias criando espaços institucionais que possibilitem a estes setores, se enxergarem politicamente nas organizações sindicais, construindo pautas específicas que possibilitem e atendam suas demandas.

3. Ameaças ao direito laboral

Persistem no Congresso Nacional, iniciativas que buscam flexibilizar direitos, ampliar terceirizações e impor a desregulamentação das relações de trabalho. Em resposta, é preciso reforçar a luta pelo fim da jornada 6x1, possibilitando maior qualidade de vida para os trabalhadores e a geração de mais empregos, promover campanha para ratificação e implementação das Convenções 156 (igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com



responsabilidades familiares) e 190 (combate à violência e ao assédio no trabalho, garantindo ambientes seguros e respeitosos) da OIT.

4. **Desafios estruturais no Paraná**

O mundo do trabalho no Paraná enfrenta desafios estruturais que passam pela forte desigualdade regional, com concentração de empregos formais nas grandes cidades e precarização nas áreas rurais e de fronteira, pela insuficiência de infraestrutura e mobilidade que limitam o acesso ao emprego e pela alta informalidade no campo e entre trabalhadores de plataformas digitais. Soma-se a isso a dificuldade de inserção dos jovens e a defasagem entre qualificação profissional e demandas do mercado, além das persistentes desigualdades de gênero, raça e idade. Por fim, o estado precisa lidar com os impactos das transformações tecnológicas e da transição ecológica, conciliando a preservação ambiental com a geração de empregos sustentáveis.

Para enfrentar estes desafios, é fundamental que haja uma ação integrada capaz de reduzir as desigualdades regionais, descentralizando investimentos e fortalecendo polos produtivos no interior, com atenção especial à agricultura familiar, às cooperativas e às cadeias locais de valor. É igualmente necessário investir em infraestrutura e mobilidade, garantindo transporte público gratuito, eficiente e acessível entre regiões, além de melhorias logísticas que facilitem tanto o deslocamento de trabalhadores quanto o escoamento da produção. No campo da proteção social, o combate à informalidade (que atinge 31,9% da população ocupada) deve ser prioridade, com regulamentação do trabalho em plataformas digitais, fiscalização efetiva no meio rural e urbano, principalmente nas categorias como transporte, hotelaria, alimentação, construção e trabalhadores domésticos, garantindo acesso a previdência social, jornada digna e segurança no trabalho. Paralelamente, a educação e a qualificação profissional precisam ser alinhadas às transformações tecnológicas e às demandas do mercado, com programas voltados à juventude, estímulo ao primeiro emprego e políticas que assegurem permanência estudantil. Também é urgente promover a igualdade de gênero, raça e idade no mercado de trabalho, combatendo discriminações e criando mecanismos de inclusão que ampliem as oportunidades. Ao mesmo tempo, a transição ecológica deve ser encarada como oportunidade para gerar novos postos de trabalho, estimulando setores sustentáveis como energias renováveis, agroecologia, reciclagem e construção verde, conciliando desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Por fim, é indispensável fortalecer os sindicatos, garantindo sua sustentabilidade financeira, ampliando a representação de novas categorias e consolidando a negociação coletiva como ferramenta essencial para equilibrar as relações entre capital e trabalho, assegurando que as transformações em curso resultem em avanços concretos para toda a classe trabalhadora paranaense.

5. **Precarização e pejotização**

O crescimento da contratação por meio de pessoas jurídicas, conhecida como “pejotização”, representa uma grave ameaça aos direitos trabalhistas e à seguridade social. Ao formalizar trabalhadores como empresas individuais, muitas empresas buscam reduzir encargos, mas acabam retirando do trabalhador benefícios essenciais da CLT, como férias, 13º salário, FGTS e contribuição previdenciária. Essa prática compromete diretamente o **sistema de aposentadorias**, ao reduzir a arrecadação para o INSS e fragilizar a proteção futura dos trabalhadores. Outro efeito é sobre o **financiamento habitacional**, já que o



6. FGTS, cujo recolhimento é prejudicado pela pejetização, perde capacidade de sustentar programas como o Minha Casa, Minha Vida, fundamentais para a população de baixa e média renda. Diante disso, a NCST precisa atuar de forma estratégica para denunciar práticas abusivas, pressionar por regulamentações que limitem a pejetização como forma de burlar a legislação trabalhista e garantir que todos os trabalhadores, independentemente do vínculo formal, tenham acesso a direitos, proteção social e segurança econômica.

2. O 6º Congresso reafirma:

A NCST/PR defende a unicidade sindical, a representação por categoria e o sistema confederativo como pilares essenciais do sindicalismo brasileiro. A entidade também propõe a autorregulamentação da contribuição negocial/compulsória, adaptando-a às decisões do Supremo Tribunal Federal no julgamento do tema 935, como uma medida crucial para a sustentabilidade das organizações sindicais.

3. Eixos estratégicos aprovados

3.1 Direitos trabalhistas e legislação

- Regular o **trabalho em plataformas**, garantindo direitos mínimos.
- Rejeitar propostas que aprofundem a **precarização laboral**.
- Defender a redução da **jornada de trabalho** sem redução salarial.
- Lutar pela recomposição real dos pisos regionais e salários acima da inflação.

3.2 Fortalecimento institucional

- Estruturar secretarias para novas categorias emergentes (apps, telecomunicações, motofretistas, remoto, etc.).
- Ampliar investimentos em comunicação, tecnologia e formação sindical.
- Incentivar cooperação entre, sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais em nível regional, nacional e internacional.
- Exigir do governo estadual cumprimento de compromissos sobre trabalho decente.
- Priorizar políticas de gênero, raça e juventude no sindicalismo.



- Promover políticas de transição ecológica, com geração de empregos verdes e sustentáveis.
- É essencial que a nova central e seus sindicatos filiados estejam representados em eventos globais de governança ambiental, como a COP30, para garantir que as políticas de transição ecológica considerem os interesses e direitos dos trabalhadores. A presença sindical permite contribuir na formulação de estratégias de emprego verde, assegurando que a adaptação às mudanças climáticas não resulte em precarização laboral e fortaleça a articulação entre justiça social e ambiental. Além disso, a participação em negociações internacionais amplia a visibilidade das demandas sindicais, promovendo intercâmbio com outros países e fortalecendo a atuação estratégica das entidades sindicais no Paraná, no Brasil e no âmbito global.

Diante da crescente desinformação e ataques midiáticos que buscam desacreditar os sindicatos, é fundamental promover uma campanha de conscientização sobre a **importância e o impacto financeiro das negociações (reajustes salariais, vale compras, vale alimentação, café da manhã, etc.) conquistados pelas entidades sindicais**. Em parceria com o DIEESE, a NCST pode calcular e divulgar o efeito direto desses reajustes na economia local, demonstrando como aumentos salariais beneficiam não apenas os trabalhadores, mas também o comércio, os serviços e a circulação de renda nas cidades. Essa campanha deve incluir materiais de mídia, relatórios e estudos que deem visibilidade e transparência ao trabalho sindical e reforcem sua credibilidade perante a sociedade.

4. Encaminhamentos de mobilização

1. Mobilizar permanentemente a base em defesa das reivindicações estadual e nacional.
2. Realizar encontros preparatórios para debater as demandas de cada região do estado.
3. Incentivar/Apoiar candidaturas de representantes dos trabalhadores nas eleições gerais de 2026 e municipais de 2028.
4. Consolidar a presença da NCST/PR no Mercosul e nas redes sindicais sul-americanas.
5. Monitorar o desempenho dos representantes paranaenses no Legislativo federal em relação à pauta trabalhista.
6. Incentivar a participação dos sindicatos nos conselhos municipais e estaduais (saúde, trabalho, segurança, etc.)
7. Pressionar os governos municipais e estadual para implementação do transporte coletivo gratuito em todas as regiões do estado, como já existem em 12 municípios no estado, sendo: Carambeí, Clevelândia, Cianorte, Faxinal, Ibaiti, Ivaiporã, Matinhos, Paranaguá, Palmas, Pitanga, Quatro Barras e Wenceslau Braz.

8. Servidores Públicos

Os servidores públicos, em todas as esferas e níveis, também enfrentam crescentes desafios diante de políticas de congelamento salarial, precarização das condições de trabalho e tentativas recorrentes de enfraquecimento do serviço público por meio de reformas administrativas que atacam a estabilidade e reduzem direitos. Essa realidade compromete a



9. qualidade dos serviços prestados à população e fragiliza a valorização de profissionais essenciais, como professores, profissionais da saúde, segurança e administrativos. É necessário que a NCST/PR reforce sua atuação em defesa dos servidores públicos, lutando pela recomposição salarial, contra medidas que restrinjam a estabilidade, pela ampliação dos concursos públicos e pela garantia de condições dignas de trabalho e de atendimento à sociedade. O fortalecimento do serviço público é condição indispensável para a promoção da justiça social e para a efetivação de políticas públicas de qualidade no Paraná.

Com esta Carta, o **6º Congresso Estadual da NCST/PR** expressa seu compromisso em unir a força de nossa história às urgências do presente, abrindo uma nova etapa de lutas e conquistas. Foz do Iguaçu foi palco da criação da NCST-PR em 02/12/2005, com a presença de mais de 80 entidades sindicais e nesta data renova seus compromissos conforme assumido por ocasião da sua fundação. Que os próximos anos testemunhem avanços reais para os trabalhadores e trabalhadoras do Estado do Paraná.

Por um Paraná com trabalho decente, direitos garantidos e justiça social plena!

Foz do Iguaçu, 04 de outubro de 2025

Viva os Sindicatos, Viva as federações, Viva as Confederações, Viva a Classe Trabalhadora!